

## A OBSESSÃO DO DÉFICE CONTINUA PARA AGRADAR BRUXELAS IMPEDINDO MELHORIA DOS RENDIMENTOS DE TRABALHADORES E PENSIONISTAS E CRESCIMENTO SUSTENTADO

Para que este estudo não seja incorretamente interpretado e, nomeadamente, o seu título, queremos já afirmar que, para nós, o controlo do défice orçamental é importante, pois mais défice determina mais dívida pública e, conseqüentemente, mais juros a pagar e mais impostos. Não se pode querer ter menos dívida, para pagar menos juros e, assim, ter mais meios financeiros disponíveis para aplicar em investimento, saúde, educação, etc., e ao mesmo tempo afirmar que o défice não é problema, e não interessa a sua redução. Mas uma coisa é reconhecer a importância de controlar o défice para a dívida pública não disparar, e outra coisa bem diferente é transformar a redução do défice numa obsessão, a que tudo se deve sujeitar, passando a ser um instrumento de destruição da economia e da sociedade, como sucedeu com o governo do PSD/CDS e a “troika”.

O atual governo parece que ainda não conseguiu encontrar o equilíbrio correto entre controlo/redução do défice, e a necessidade de melhorar os rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas, e impulsionar o crescimento económico. Pressionado por Bruxelas e deslumbrado pelo comentário irónico do ministro das Finanças alemão de que “Centeno é o Ronaldo das finanças”, mostra uma crescente incompreensão para com trabalhadores e pensionistas. A análise da execução orçamental de jan./agosto de 2017 confirma esse facto apesar das repetidas declarações do 1º ministro em contrário.

### ENTRE 2016 E 2017, A CARGA FISCAL AUMENTA SIGNIFICATIVAMENTE E A DESPESA COM PESSOAL ESTAGNA APESAR DA REPOSIÇÃO DOS CORTES DE REMUNERAÇÕES

O quadro 1, com dados do Ministério das Finanças, mostra a execução do orçamento das Administrações Públicas nos oito primeiros meses de 2016 e de 2017.

**Quadro 1- Administrações Públicas (Central, Local e Regional)  
Execução orçamental – Jan./Ag.2016 e Jan./Ag-2017**

RUBRICAS	Jan. /ag-2016 Milhões €	Jan. /ag-2017 Milhões €	VARIAÇÃO Milhões €	VARIAÇÃO Em %
<b>RECEITA CORRENTE</b>	48.681,1	50.653,1	1.972,0	4,1%
<b>RECEITA FISCAL</b>	<b>28.784,3</b>	<b>30.196,6</b>	<b>1.412,3</b>	<b>4,9%</b>
Impostos diretos	12.418,2	13.259,7	841,5	6,8%
Impostos indiretos	16.366,1	16.936,8	570,7	3,5%
CONTRIBUIÇÕES (Segurança Social + CGA)	12.880,6	12.960,9	80,3	0,6%
Outras receitas	6.943,6	7.433,6	490,0	7,1%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	1.078,2	1.246,6	168,4	15,6%
<b>RECEITA EFETIVA</b>	49.759,3	51.899,8	2.140,5	4,3%
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>50.803,8</b>	<b>50.790,6</b>	<b>-13,2</b>	<b>0,0%</b>
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>13.271,7</b>	<b>13.327,0</b>	<b>55,3</b>	<b>0,4%</b>
Aquisição bens e serviços	6.913,8	7.171,7	257,9	3,7%
Juros e outros encargos	5.580,5	5.767,3	186,8	3,3%
Transferencias correntes	23.855,2	23.311,0	-544,2	-2,3%
Outras despesas correntes	461,4	671,0	209,6	45,4%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	2.889,8	3.142,9	253,1	8,8%
Investimentos	2.231,8	2.412,5	180,7	8,1%
Transferencia de capital	606,4	641,5	35,1	5,8%
Outras despesas de capital	43,2	38,8	-4,4	-10,2%
<b>DESPESA EFETIVA</b>	53.693,7	53.933,5	239,8	0,4%
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>-3.934,3</b>	<b>-2.033,7</b>	<b>1.900,6</b>	<b>-48,3%</b>
<b>SALDO PRIMÁRIO</b>	<b>1.646,2</b>	<b>3.733,6</b>	<b>2.087,4</b>	<b>126,8%</b>

FONTE: Síntese Execução Orçamental - Agosto 2017 - DGO - Ministério das Finanças

Em relação ao quadro 1, com os últimos dados divulgados pela DGO do Ministério das Finanças sobre a execução orçamental das Administrações Públicas (*Central, Local e Regional*), importa chamar a atenção do leitor para quatro rúbricas importantes. São elas: **Receitas Fiscais, Despesas com Pessoal, investimento, Saldo Global e Saldo Primário.**

**Em relação à Receita Fiscal**, quando comparamos 2016 com 2017, constatamos que nos 8 meses primeiros meses de 2017 se registou um aumento de 1.412,3 milhões € em relação à de idêntico período de 2016 (+4,9%). Apesar do efeito do crescimento económico que faz crescer a receita fiscal, no entanto a dimensão do aumento verificado mostra que o alívio fiscal, de que tanto fala o governo, ainda não chegou à maioria dos portugueses; e que uma parcela deste aumento de receita que poderia ser utilizada para

melhorar serviços essenciais à população (por ex. saúde) e as remunerações dos trabalhadores da Função Pública congeladas desde 2010 não foi.

Outra rubrica importante são as “**Despesas com pessoal**” cujo aumento é praticamente nulo entre 2016 e 2017 (apenas +0,4%). E isto apesar da reposição dos cortes das remunerações feita de uma forma gradual em 2016, ter o impacto total só em 2017. Como a despesa com pessoal aumenta, entre 2016 e 2017, apenas 0,4%, isto significa que se verificou outros cortes em despesas com pessoal para compensar a subida causada pelo impacto em 2017 da reposição dos cortes nas remunerações. Portanto, a redução do défice continua a ser feita à custa da degradação das condições de vida dos trabalhadores da Função Pública. E o **investimento público**, apesar de aumentar nos primeiros 8 meses de 2017, continua reduzido e insuficiente (apenas +180,7 M€ que 2016).

Como consequência da política desta redução do défice significativa num prazo muito curto, entre jan-ag.2016 e jan-ag.2017, o **saldo global negativo** das Administrações Públicas reduziu-se para quase metade (-48,2%), e o **saldo primário** (é igual ao anterior deduzindo-se a despesa com juros), que já era positivo em 2016, mais que duplicou em 2017, pois passou de 1.646,2 milhões € para 3.733,6 milhões € (+126,8%) em 2017.

### O AUMENTO SIGNIFICATIVO DA DIVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E DO SNS

Para obter saldos com esta dimensão, a dívida a fornecedores disparou (quadro 2)

**Quadro 2 – Passivo não financeiro (dividas) das Administrações Públicas**

RUBRICAS	Dez-2016 Milhões €	Agosto 2017 Milhões €	VARIAÇÃO Milhões €	VARIAÇÃO Em %
TOTAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	372,0	492,0	120,0	32,3%
TOTAL ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	409,0	324,0	-85,0	-20,8%
TOTAL ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.100,0	1.220,0	120,0	10,9%
<b>SNS -Hospitais EPE</b>	<b>544,0</b>	<b>903,0</b>	<b>359,0</b>	<b>66,0%</b>

FONTE: Síntese Execução Orçamental - Agosto 2017 - DGO - Ministério das Finanças

Como as Administrações Públicas funcionam ainda em “regime caixa” (só é contabilizado o que se recebe e o que se paga, e ignora-se o que se deve), as dividas a fornecedores ainda não pagas não constam dos dados do quadro 1. E elas aumentaram de uma forma significativa entre Dez.2016 e Agosto-2017 como revelam os dados divulgados pelo Ministério das Finanças constantes do quadro 2, nomeadamente da Administração Central (em Ag.2017 +32,3% do que em Dez.2016) e nos Hospitais EPE (+66%). O estrangulamento financeiro do Serviço Nacional de Saúde é evidente, o que tem obrigado os hospitais públicos a endividarem enormemente para poderem funcionar (entre Dez.2016 e Agosto de 2017, as dividas dos Hospitais aumentaram de 544 milhões € para 903 milhões €), como consequência da decisão do governo de subfinanciar o SNS. Tal decisão, para além de degradar as condições de funcionamento dos Hospitais públicos e também os serviços prestados à população, tem também o inconveniente de obrigar os Hospitais a pagarem aos fornecedores preços mais elevados pelas aquisições que fazem.

### A ILUSÃO DO DESCONGELAMENTO DAS CARREIRAS OU O MINI- DESCONGELAMENTO

Embora seja nossa intenção analisar em detalhe num estudo futuro a proposta do governo do PS de descongelamento faseado das carreiras da Função Pública, no entanto interessa referir aqui os aspetos essenciais dela pois é mais um exemplo concreto da política de obsessão de redução de défice deste governo que, negando-a em palavras, procura aplica-la em atos, sacrificando as condições de vida dos trabalhadores. Segundo a proposta apresentada aos sindicatos pelo governo, este pretende afetar no Orçamento do Estado para 2018 uma verba que apenas permite ou o descongelamento das carreiras dos trabalhadores que adquiriram esse direito, mercê de avaliações que acumularam, até 2012, continuando congeladas as carreiras dos trabalhadores que adquiriram o direito à progressão na carreira em 2013, em 2014, em 2015, em 2016 e em 2017; ou então, em alternativa, os trabalhadores com direito à progressão na carreira, mercê das avaliações feitas acumuladas até 2017, só receberiam em 2018 o correspondente a um terço do acréscimo da remuneração a que têm direito, ficando o resto para anos futuros. E não atualização para os restantes trabalhadores que os têm congelados desde 2010.

**NOS 8 PRIMEIROS MESES DE 2017, AS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA AUMENTARAM EM 602,3 MILHÕES €, AS DESPESAS COM PENSÕES DIMINUÍRAM EM 62,9 MILHÕES €, E O SALDO POSITIVO CRESCEU EM 405 MILHÕES € (+39,4%)**

O quadro 3 mostra o que se verificou em 2017 em rubricas importas

**Quadro 3- Receitas e despesas da Segurança Social – Jan./Ag.2016 – Jan./Ag.2017**

RÚBRICAS	Jan-Ag-2016 Milhões €	Jan-Ag-2017 Milhões €	VARIAÇÃO Milhões €	VARIAÇÃO Em %
<b>Contribuições e quotizações</b>	<b>9.685,4</b>	<b>10.288,1</b>	<b>602,7</b>	<b>6,2%</b>
<b>Transferencia do OE</b>	6.162,2	5.795,5	-366,7	-6,0%
Lei de bases da Segurança Social	<b>4.601,7</b>	<b>4.584,1</b>	<b>-17,6</b>	<b>-0,4%</b>
<b>RECEITA EFETIVA</b>	<b>17.310,2</b>	<b>17.460,4</b>	<b>150,2</b>	<b>0,9%</b>
<b>PENSOES</b>	<b>10.750,8</b>	<b>10.587,9</b>	<b>-162,9</b>	<b>-1,5%</b>
Velhice	8.335,9	8.226,8	-109,1	-1,3%
Invalidez	887,4	839,6	-47,8	-5,4%
Sobrevivencia	1.527,2	1.508,1	-19,1	-1,3%
Subsidio familiar a crianças e jovens (abono de familia)	425,3	441,6	16,3	3,8%
Subsidio de doença	307,3	345,0	37,7	12,3%
<b>Prestações de desemprego</b>	<b>1.036,2</b>	<b>903,0</b>	<b>-133,2</b>	<b>-12,9%</b>
Complemento solidario idoso	135,6	138,5	2,9	2,1%
Outras prestações	508,1	554,4	46,3	9,1%
Ação Social	1.083,8	1.121,2	37,4	3,5%
Rendimento Social de Inserção	220,9	228,1	7,2	3,3%
Pensão dos bancários	309,0	305,1	-3,9	-1,3%
Ações de formação profissional	825,7	826,8	1,1	0,1%
Com suporte no FSE	460,8	341,4	-119,4	-25,9%
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>16.281,7</b>	<b>16.026,6</b>	<b>-255,1</b>	<b>-1,6%</b>
<b>SALDO</b>	<b>1.028,5</b>	<b>1.433,8</b>	<b>405,3</b>	<b>39,4%</b>

FONTE: Síntese Execução Orçamental - Agosto 2017 - DGO - Ministério das Finanças

É previsível que Vieira da Silva resista a fazer qualquer aumento extraordinário das pensões em 2018 com o argumento de que o aumento de despesa que daí resultaria seria insustentável para a Segurança Social. E é também previsível que ele utilize o aumento extraordinário das pensões em Agosto de 2017 para argumentar que não é possível realizar em 2018, já que o impacto desse aumento vai-se dar principalmente em 2018. E isto apesar deste aumento apenas ter beneficiados os pensionistas com pensões até 632,5€ por mês, pois os restantes foram mais um vez esquecidos. Portanto, é de prever que utilize tudo isto para impor um aumento irrisório das pensões no próximo ano.

Por essa razão, interessa analisar os resultados da execução do Orçamento da Segurança Social em 2017 referente aos primeiros oito meses de 2017 (até a Agosto/2017), que são os últimos dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças. **E que conclusões se tiram dos dados do Ministério Finanças?**

Em primeiro lugar, a receita de contribuições aumentou em 602,7 milhões € quando comparada com a de idêntico período de 2016, o que permitiu reduzir as transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social, incluindo as para cumprir a Lei de Bases da Segurança Social (*financiamento dos regimes não contributivos que são da responsabilidade do Orçamento do Estado*) em 329,1 milhões €.

Por outro lado, contrariamente ao que tem acontecido no passado e ao que afirma o governo, segundo também os dados do Ministério das Finanças, a despesa com pensões nos primeiros oito meses de 2017 foi inferior, à de idêntico período de 2016, em -162,9 milhões € (-1,5%). Também caiu, de uma forma ainda mais pronunciada, a despesa com subsídio de desemprego (-132,2 milhões €, ou seja, -12,9%). E isto apesar de em Agosto de 2017 o número de desempregados a receber subsídio ser apenas 185,4 mil dos 459,6 mil desempregados (*apenas 40 em cada 100*) oficialmente existentes (*há muitos mais não incluídos*).

Como consequência, o saldo positivo da Segurança Social só nos primeiros oito meses de 2017 aumentou 39,4% (+405,3 milhões €), quando comparado com o de 2016, dando uma importante contribuição para a redução do défice orçamental de todas as Administrações Públicas de que o governo tanto se gaba em Bruxelas.

E ainda se diz que não há obsessão! Espero que este estudo possa ser um contributo para a reflexão nomeadamente dos que apoiam este governo após os resultados das eleições autárquicas. **Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 1-10-2017**